

**Brasília-DF, 07 de agosto de 2025**

MUTIRÃO DE VOTOS
PLEBISCITO POPULAR
11 a 17 de agosto
em todo Brasil

FIM DA ESCALA 6X1 | TAXAR OS RICOS
REDUÇÃO DA JORNADA SEM REDUZIR SALÁRIO
POR SOBERANIA

<https://www.instagram.com/p/DNBLBWMDHA/>

Centrais entregam propostas a Lula, e Nova Central amplia participação no Conselhão



A Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) participou, nesta terça-feira (5), em Brasília, da 5ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), o "Conselhão". O encontro reuniu representantes de diversas entidades da sociedade civil, incluindo dirigentes das centrais sindicais e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A NCST esteve representada por

seu presidente, Moacyr Auersvald, e por José Reginaldo Inácio, diretor de Formação Sindical e Qualificação Profissional da entidade e presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).



Na abertura do evento, o presidente Lula ressaltou a importância do Conselhão como elo entre o governo e a sociedade civil organizada. Em seu discurso, Lula destacou temas estratégicos para o país, como a transição ecológica, os desafios da COP e a defesa da soberania nacional.



As centrais entregaram ao presidente Lula e ao ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, um documento com propostas para enfrentar a crise do tarifaço, reforçando a posição conjunta em defesa da soberania nacional e contra interferências externas nos Três Poderes.

"A participação da Nova Central no Conselhão reflete o compromisso da entidade em garantir que os interesses da classe trabalhadora estejam no centro dos grandes debates nacionais, sobretudo em pautas globais como o combate às mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável", afirmou Moacyr Auersvald.

Além do presidente da Nova Central, agora José Reginaldo faz parte do colegiado, ampliando a

Brasília-DF, 07 de agosto de 2025

presença da entidade no espaço e fortalecendo a representatividade dos trabalhadores. A iniciativa reafirma o compromisso da NCST com o diálogo social e a construção de políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis.

[CLIQUE AQUI](#) e confira do documento das centrais "Propostas das Centrais Sindicais diante da Guerra Comercial: Soberania, Emprego e Desenvolvimento"

Fonte: NCST

Tarifaço entra em vigor: entenda o que muda e como o Brasil reage

Com sobretaxa de 50% em vigor, governo Lula articula pacote com até 30 medidas para proteger exportadores e conter impacto econômico.



Entrou em vigor nesta quarta-feira (6) o tarifaço de 50% imposto pelos Estados Unidos ao Brasil, afetando de forma direta setores estratégicos da economia nacional. A medida foi oficializada pelo presidente norte-americano Donald Trump no fim de julho, sob alegação de "ameaça à segurança nacional dos EUA" - um argumento classificado por autoridades brasileiras como infundado e politicamente motivado.

Com os impactos já sentidos no mercado financeiro e nas exportações, o governo brasileiro se mobiliza para proteger a economia nacional. Um plano emergencial com até 30 medidas está em fase final de elaboração e será anunciado a qualquer momento. O Banco Central informou nessa terça-feira (5) que o tarifaço traz incertezas que tornam inviável, em um curto prazo, a redução da taxa de juros.

Como o Brasil está reagindo

Diante da gravidade da medida americana, uma força-tarefa coordenada pelos ministérios da Fazenda, Relações Exteriores, Desenvolvimento, Indústria e Comércio e a Casa Civil elaborou uma resposta estruturada, baseada em cinco frentes principais:

- Linhas de crédito emergenciais

O governo pretende lançar empréstimos com juros reduzidos para empresas fortemente dependentes do mercado americano, com destaque para pescados, carnes, café e máquinas agrícolas.

- Compras públicas para aliviar o setor produtivo

O poder de compra do Estado poderá ser usado para absorver estoques excedentes e evitar demissões em massa, especialmente em regiões exportadoras.

- Apoio direcionado a grandes exportadores

Empresas como a Embraer poderão contar com financiamentos específicos via BNDES para manter sua capacidade produtiva e não perder competitividade global.

- Diversificação de mercados

A diplomacia comercial brasileira intensificou negociações com China, União Europeia e Japão, buscando abrir novos destinos para produtos hoje voltados ao mercado americano.

- Estratégia jurídica e diplomática

O Brasil prepara uma resposta formal à Seção 301 da lei americana, com apresentação marcada para 18 de agosto, e não descarta acionar a OMC se as negociações não avançarem. A retaliação com tarifas recíprocas, permitida por lei aprovada em abril, segue como último recurso.

O que é o tarifaço e por que afeta tanto o Brasil

A sobretaxa eleva de 10% para 50% a tarifa sobre centenas de produtos brasileiros exportados aos EUA. A medida atinge itens de alto valor agregado e grande peso na balança comercial, como:

- Café
- Carnes
- Frutas frescas
- Máquinas agrícolas
- Têxteis e calçados
- Pescados e derivados

A Embaixada do Brasil em Washington estima que os setores afetados movimentam mais de US\$ 9 bilhões por ano em exportações.

O que escapou da sobretaxa

Cerca de 700 produtos brasileiros foram isentos da tarifa, representando 43% do valor total exportado. Entre os principais itens poupados, estão:

- Suco de laranja e polpa cítrica
- Petróleo e derivados
- Aeronaves civis e peças da Embraer
- Minérios (ferro, cobre, ouro, alumínio)

**Brasília-DF, 07 de agosto de 2025**

- Celulose, madeira tropical e papel

[Veja a lista dos produtos que escaparam do tarifaço](#)

Essas isenções ocorreram, segundo os EUA, pela dependência americana desses produtos, e pela ausência de fornecedores alternativos.

Contexto político e reação do governo

A decisão de Trump foi tomada com base em motivações políticas, segundo o governo brasileiro, em represália à atuação do STF, especialmente do ministro Alexandre de Moraes, no julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, classificou a medida como "chantagem política" e afirmou que o governo atuará com firmeza para proteger a economia e a soberania nacional.

"Não há justificativa técnica ou comercial para essas tarifas. É uma agressão à democracia e à soberania do Brasil", disse Gleisi. Segundo a ministra, o Brasil não cederá a "chantagem política".

Efeitos imediatos no mercado

Desde o anúncio da medida:

- O Ibovespa caiu 3,15%
- O real perdeu 0,9% de valor frente ao dólar
- R\$ 6,3 bilhões deixaram a Bolsa de Valores de São Paulo com fuga de investidores estrangeiros

Analistas apontam que a medida pode pressionar a inflação, comprometer o crescimento do PIB e dificultar o equilíbrio das contas externas.

Essas exceções representam cerca de 43% das exportações brasileiras para os EUA, aproximadamente US\$ 18,4 bilhões, segundo estimativas de associação de comércio bilateral.

Produtos afetados pelo tarifaço

Em contrapartida, setores estratégicos como café, carne bovina, pescados e frutas frescas não foram incluídos na lista de isenções e serão penalizados pela tarifa adicional de 50%.

Por que alguns produtos ficaram isentos?

As exceções foram justificadas pelo governo dos EUA com base na dependência interna desses produtos ou na falta de substitutos viáveis, como no caso do suco de laranja, onde a produção doméstica concentra-se na Flórida e tem sofrido perdas com pragas e clima adverso.

Fonte: Congresso em Foco

Tarifaço pode cortar 146 mil empregos em 2 anos, com forte perda de renda, diz Fiemg

Perda de renda das famílias poderá alcançar R\$ 2,74 bilhões no curto prazo, segundo estudo da Federação de MG; queda do PIB pode chegar a R\$ 110 bilhões no longo prazo



A imposição de tarifa extra de até 50% pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros pode resultar em uma redução de R\$ 25,8 bilhões no PIB brasileiro no curto prazo e de até R\$ 110 bilhões no longo prazo. A simulação é da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), que calcula também uma redução de 146 mil postos de trabalho formais e informais com a medida e uma perda de renda das famílias que poderá alcançar R\$ 2,74 bilhões em dois anos.

A entidade empresarial destaca que os setores industriais mais atingidos, segundo o estudo, serão a siderurgia, a fabricação de produtos de madeira, de calçados e de máquinas e equipamentos mecânicos. "Na agropecuária, destaca-se o impacto sobre a pecuária, especialmente a cadeia da carne bovina, que segue fora da lista de isenções tarifárias e representa parcela significativa da pauta exportadora nacional."

A medida impõe tarifas adicionais de 40% sobre uma ampla gama de produtos brasileiros exportados aos EUA – que já estavam sujeitos, desde abril deste ano, a tarifas de 10% – e entra em vigor a partir de hoje. A Fiemg estima que 55% do total das exportações do Brasil para os EUA sejam afetados, após isenções de cerca de 700 produtos da alíquota extra.

O Brasil exportou aproximadamente US\$ 40,4 bilhões aos EUA em 2024, o equivalente a 1,8% do PIB nacional. Metade desse valor está concentrado em combustíveis minerais, ferro e aço, e máquinas e equipamentos – setores diretamente afetados pelas novas tarifas.

Impactos sobre Minas Gerais

Minas Gerais, terceiro maior Estado exportador para os Estados Unidos, com US\$ 4,6 bilhões em

**Brasília-DF, 07 de agosto de 2025**

exportações em 2024, também será significativamente afetado, segundo o estudo. O Estado terá aproximadamente 37% de suas exportações isentas, com destaque para itens como ferro fundido, ferro-nióbio e aeronaves. No entanto, 63% da pauta mineira permanece sujeita à tarifa, atingindo produtos como café, carnes bovinas e tubos de aço.

“No curto prazo, a economia mineira poderá ter uma perda de R\$ 4,7 bilhões no PIB e redução de mais de 30 mil empregos em prazo de até 2 anos. Em um horizonte de 5 a 10 anos, os impactos podem ultrapassar R\$ 15,8 bilhões no PIB estadual e eliminar mais de 172 mil postos de trabalho”, diz a Fiemg. Os efeitos devem recair principalmente sobre os setores de siderurgia, pecuária, fabricação de produtos da madeira e calçados.

O presidente da Fiemg, Flávio Roscoe, disse em nota que o momento exige maturidade e diálogo institucional. “A imposição dessas tarifas, ainda que parcialmente suavizada pelas isenções, foi unilateral e sem negociação com o governo brasileiro. É fundamental que o Brasil atue diplomaticamente para ampliar o número de produtos isentos, preservar sua competitividade no mercado internacional e proteger empregos e investimentos nacionais”, destaca Roscoe.

Fonte: InfoMoney

comerciais, exigíssemos mudanças de entendimento da Suprema Corte americana. Isso seria impensável. Da mesma forma, isso se aplica ao Brasil”, disse ele nesta quarta-feira (6/8), antes do Fórum Saúde, evento organizado pelo Esfera Brasil e pelo laboratório farmacêutico EMS em Brasília.

“Tenho a impressão que crises entre países, guerras tarifárias, são normais. Por isso, constituiu-se a OMC (Organização Mundial do Comércio), para dirimir essas dúvidas. Esses debates são normais, o que não é normal é a tentativa de valer-se das tarifas para obter mudanças institucionais, afetar a soberania dos países. Isso é claramente repudiado, claramente não aceito por nações maduras, como é o caso do Brasil.”

Na quarta-feira passada (30/7), o presidente americano Donald Trump confirmou, com exceções, o “tarifaço” e anunciou a aplicação da Lei Magnitsky contra o ministro Alexandre de Moraes. As medidas foram apresentadas pelo republicano como respostas a uma suposta perseguição ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e a “uma caça às bruxas ilegal contra cidadãos e empresas dos EUA e do Brasil”.

Fonte: Consultor Jurídico

Tentativa de interferência dos EUA é 'inadmissível', diz Gilmar



Para Gilmar, disputa tarifária é normal, mas usar tarifas para afetar a soberania de outro país não pode ser aceito

No dia em que começa a valer a tarifa de 50% dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes disse que disputas tarifárias entre países são normais, mas a tentativa de interferir nas instituições de outro país é “inadmissível”.

“Seria inadmissível que nós, em nossas pretensões

CNTI
FILIAL À
NCST
NOVA
CENTRAL

Mês de conscientização no combate
à violência contra a mulher

**Agos
to lila's**

**19 ANOS DA LEI MARIA DA
PENHA Nº 11.340/2006**

O Combate à VIOLÊNCIA é feito por
todos nós!

**NÃO SE CALE!
DENUNCIE/ LIGUE 180**

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI